



Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ - 46.151.718./0001 - 80

DEPARTAMENTO DE MATERIAIS
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Ofício Especial

Birigui/SP, 04 de setembro de 2.019.

Assunto: Manifestação à Impugnação pela empresa CITELUZ SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO URBANA S/A, ao edital da Concorrência Pública nº 12/2019.

Senhores Licitantes

Após análise do pedido de Impugnação ao Edital da Concorrência Pública nº 12/2019 interposto pela empresa “Citeluz Serviços de Iluminação Urbana S/A”, respaldado pela manifestação da Secretaria requisitante, juntamente com a Comissão Permanente de Licitações decide Indeferir o “Pedido de Impugnação”, apresentado por esta conceituada empresa, mantendo-se a redação original do edital.

Requer a empresa impugnante Citeluz Serviços de Iluminação Urbana S/A, em relação à “...conforme será demonstrado a seguir, à luz dos ditames basilares que regem a atuação da Administração Pública, **deverá o instrumento convocatório ora denunciado ser reformulado e republicado, de modo a atender princípios norteadores da atuação pública:**

3.1 DA NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DAS LUMINÁRIAS:

- ... a combinação de requisitos que, junto à exigência de utilização de luminária certificada na Portaria nº20 do INMETRO tornam completamente restritivas à competitividade dos fornecedores.
- ...em análise a lista dos fabricantes credenciados no INMETRO, através do seu sítio eletrônico, foi possível observar que dentre 40 fabricantes ali credenciadas, apenas 03 fabricantes apresentaram a combinação de especificações mandatórias para algumas potências, sendo que NENHUMA delas atendeu a totalidade das exigências.
- Em outras palavras: após a verificação dos fabricantes existentes no mercado, esta Impugnante constatou que a nível comercial que NÃO EXISTE FABRICANTE que produza luminárias com as especificações trazidas pelo Edital.
- ... A ausência de fabricantes no mercado que atenda as especificações atinentes em Edital é possivelmente devido ao demasiado preciosismo das características técnicas exigidas.
- Ora, em momento algum o instrumento convocatório apresenta estudos luminotécnicos em seus anexos que justifiquem as especificações exorbitantes, das quais pode ser evidenciado:

a) Lente em PPMA: A Portaria nº 20 do INMETRO, subitem A.9.5.3, explicita que o material do refrator pode ser composto por quaisquer polímeros, desde que, sejam submetidas a ensaios U.V. para atestar



Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ - 46.151.718./0001 – 80

DEPARTAMENTO DE MATERIAIS **SEÇÃO DE LICITAÇÕES**

que a lente e o refrator não irão apresentar sinais de amarelamento. Assim, esta exigência não agrega tecnicamente ao produto e está em desacordo com a referida Portaria;

b) Distribuição transversal e longitudinal da curva fotométrica: o Edital exige que sejam apresentadas luminárias cuja curva fotométrica tenha distribuição transversal do Tipo li e que, para as potências de 40W, 120W e 235W tenham, respectivamente, distribuição longitudinal média e curta. Esta exigência não fora justificada por estudos luminotécnicos e nenhum projeto se faz constante em instrumento convocatório e seus anexos.”

Ao serem questionados, a Secretaria requisitante e a Comissão Permanente de Licitações, manifestaram mediante documentos anexos.

Desta forma, ficam as informações constantes no edital da Concorrência Pública de nº 12/2019, inalteradas e sua realização na data e horário previstos inicialmente no edital em questão.

Certos de v/ especial atenção e de pronto atendimento, subscrevemo-nos, mui

Atenciosamente.

Andréia Cristina Possetti Melo
Chefe da Seção de Licitações

Bernadete Ferrete Fávero Zen
Diretora do Depto. de Materiais



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto

SESPA - SME

Memorando: 210/2019

Da: Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto
Para: Sra. Andréia Cristina Possetti Mello
Chefe da Seção de Licitações

Assunto: IMPUGNAÇÃO DA EMPRESA CITELUZ SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO URBANA S/A.

Acusamos seu ofício nº 1296/2019 referente a impugnação da empresa **CITELUZ SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO URBANA S/A**, que pretende a retificação do Edital da Concorrência Pública nº 12/2019, precisamente os subitens 1.1 ao 1.3 (especificações das lâmpadas) do Termo de Referência.

Isto posto, seguem abaixo as respostas aos pontos abordados pela impugnante:

A impugnante inicia sua contestação alegando que *“a combinação de requisitos que, junto com a exigência de utilização de luminária certificada na Portaria nº 20 do INMETRO tornam completamente restritivas a competitividade dos fornecedores.”*

A seguir, afirma que *“em análise a lista dos fabricantes credenciados no INMETRO através do seu sítio eletrônico, foi possível observar que dentre 40 fabricantes ali credenciados, apenas 03 fabricantes apresentaram a combinação de especificações mandatórias para algumas potências, sendo que NENHUMA delas atendeu a totalidade das exigências.”*

Afirma ainda, mais à frente, que *“em outras palavras, após a verificação dos fabricantes existentes no mercado, esta impugnante constatou que a nível comercial que*



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto

NÃO EXISTE FABRICANTE que produza luminárias com as especificações trazidas pelo Edital.”

Concluindo que “a ausência de fabricantes no mercado que atenda as especificações atinentes em Edital é possivelmente devido ao demasiado preciosismo das características técnicas exigidas”.

Questiona ainda as exigências de Lente em PPMA e da Distribuição transversal e longitudinal da curva fotométrica.

Diante das alegações da Impugnante, tecemos a seguinte resposta:

Quanto à lente em PMMA, a maioria absoluta dos produtos dos fabricantes e importadores certificados conforme Portaria 20 – INMETRO utilizam esta matéria prima em suas lentes, o que pode facilmente ser constatado nos sites dos mesmos e/ou em seus catálogos técnicos, ou seja, não há qualquer restrição de participação e/ou direcionamento nesta exigência por parte do presente edital. Tal fato é ignorado pela Impugnante que se debruça sobre uma suposta exigência restritiva e não menciona em momento algum que tal matéria prima é universalizada no cotidiano de fabricantes de luminárias, dessa maneira, impossível melindrar a exigência em tela.

Quanto à distribuição transversal e longitudinal das curvas fotométricas, a impugnante afirma que não existe fabricante que produza luminárias com as especificações trazidas no Edital, porém, mais à frente, **entra em contradição** com sua tese afirmando que as exigências restringem e/ou frustram o caráter competitivo da licitação, inclusive invocando uma série de possíveis argumentações legais em defesa de sua teoria, ora alegando exigências restritivas e ora alegando o entendimento do Tribunal de Contas da União quanto “a restrição à competitividade, causada pela ausência de informações essenciais...”, dessa maneira, é fundamental destacar o contraste entre as explanações da Impugnante e a jurisprudência juntada pela mesma.

Outrossim, as especificações técnicas deste Edital claramente tomaram por base a Portaria 20 – INMETRO, Normas vigentes e a Cartilha da ABILUX (Associação Brasileira da Indústria de Iluminação) que lista um quadro com as informações mínimas a serem usadas em licitações por parte do poder público, entre estas a definição das Distribuições Longitudinal, Transversal e Controle de Distribuição de Intensidade Luminosa,



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto

além da descrição de componentes da luminária como as lentes. Dessa maneira, impossível aferir risco à competitividade em certame baseado exclusivamente nas normas que balizam o mercado de iluminação pública.

As especificações também levaram em conta as características do município de Birigui e dos seus logradouros que terão seus pontos de Iluminação Pública eficientizados, onde é importante salientar que foi também facultado às empresas interessadas, conforme prevê a lei, realizações de visitas técnicas aos referidos logradouros, de forma a atestar as condições peculiares ao Município, visita esta que não foi realizada pela ora Impugnante, o que por si só, seria capaz de dirimir quaisquer dúvidas e também evitaria o presente questionamento.

Referida contratação fora objeto de Representação junto ao Tribunal de Contas de São Paulo – Pregão Presencial nº 99/2019, onde nos esclarecimentos prestados por esta municipalidade, já foi amplamente demonstrado que existem atualmente no site do INMETRO, 729 produtos certificados por 41 empresas diferentes, o que comprova que a impugnante e demais empresas interessadas no presente certame, após análise detalhada deste rol de opções, certamente encontrarão possibilidades de produtos para ofertar na formulação de suas propostas técnicas e comerciais.

Por fim, levando em conta inclusive as próprias afirmações da Impugnante, resta claro que o corpo técnico desta municipalidade desenvolveu o presente Termo de Referência calcado única e exclusivamente em caráter técnico, objetivando a aplicação de produtos eficientes, seguros e com altos graus de confiabilidade e vida útil.

Em face de todo exposto, não procede a presente impugnação.

Birigui, 03 de setembro de 2019.


RAFAEL POLIZEL ESTEVES
Secretário de Serviços Públicos, Água e Esgoto



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

MANIFESTAÇÃO À IMPUGNAÇÃO

Edital 181/2019
Concorrência Pública nº 12/2019

[Handwritten signature]
4/9/19

A Comissão Permanente de Licitações, através de seus membros, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, levar a Vosso conhecimento a Impugnação Administrativa contra os termos do Edital de Convocação (181/2019), interposto pela Empresa CITELUZ SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO URBANA S/A, relativo à licitação realizada na modalidade Concorrência Pública sob nº 12/2019, cujo objeto é contratação de empresa especializada para prestação de serviço para melhorias na iluminação pública existente, nos postes decorativos em Ruas e demais postes nas Avenidas da cidade, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e croqui fornecidos pela Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto.

As razões de impugnação apresentada pela empresa CITELUZ SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO URBANA S/A, foram impetradas tempestivamente, de acordo com o Art. 41, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações) e na forma estabelecida em edital.

Pretende a impugnante CITELUZ SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO URBANA S/A, através de suas razões que o Edital nº 181/2019 seja reformado, diante da falta de luminárias que atendam a todos os requisitos exigidos pelo instrumento convocatório, resultando na restrição do caráter competitivo do certame.

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Existe nos autos a manifestação da Secretaria requisitante, responsável pelo descritivo das luminárias, conforme memorando 210/219.

É o relatório.

Pois bem.

De início, imperioso se faz destacar que o processo anterior Pregão Presencial 99/2019, com o mesmo objeto em questão, fora objeto de representação junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de forma que o conteúdo deste processo, Concorrência Pública 12/2019, fora redigido em consonância com as recomendações do referido Tribunal, **inclusive decidindo pela manutenção das descrições das luminárias propostas pela equipe técnica desta Municipalidade**, tanto no corpo do instrumento como no termo de referência. Além disso, todas as demais determinações do Tribunal de Contas foram seguidas à risca, tais informações são acessíveis via pesquisa simples no site do TCE-SP.

Não obstante, cabe-nos contra-argumentar o único ponto atacado pela Impugnante, descrição das luminárias contidas nos subitens 1.1 ao 1.3 do termo de referência, anexo do Edital.

Conforme manifestação da Secretaria Requisitante contida no memorando 210, as especificações técnicas deste Edital incluindo a descrição das luminárias se basearam na Portaria 20 – INMETRO, Normas vigentes e na Cartilha da ABILUX (Associação Brasileira da Indústria de Iluminação) que lista um quadro com as informações mínimas a serem usadas em licitações por parte do Poder Público, entre estas a definição das Distribuições Longitudinal, Transversal e Controle de Distribuição de

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Intensidade Luminosa, além da descrição de componentes da luminária como as lentes.

Esclarece ainda a Secretaria requisitante, que as especificações técnicas escolhidas das luminárias dentre as existentes no mercado de iluminação pública, levaram em conta as características do município de Birigui e dos seus logradouros que terão seus pontos de iluminação pública, já existentes, modernizados para se tornarem mais eficazes.

A impugnante alega também a necessidade das especificidades das características das vias onde receberam as novas luminárias para formulação de sua proposta.

Entretanto, o Edital em discussão traz em seu bojo a Cláusula da Visita Técnica, possibilitando as licitantes agendarem um horário para realização de visita “in loco” para conhecimentos dos lugares onde os serviços serão executados, bem como para sanar dúvidas junto à equipe técnica da Municipalidade.

Portanto, a Impugnante poderia ter se utilizado desta faculdade e, assim conheceria as características das vias onde as novas luminárias serão instaladas para formulação de sua proposta. Mas não o fez.

----- Ressaltamos novamente, que a descrição das luminárias foi objeto de representação junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TC 14310/989/19, tendo o Conselheiro Renato Martins Costa proferido a seguinte decisão:

“Quanto à impugnação aos modelos de lâmpadas LED descritos no Termo de Referênciatambém compreendo que

l f x vmm
RO



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

a opção da Prefeitura igualmente se justifica por conta do exercício de sua discricionariedade. No caso, não apenas me sensibiliza a informação de que os modelos excluídos não seriam recomendados para operar sob a corrente e tensão elétricas praticadas entre os pontos de iluminação pública, mas **também a assertiva de que as luminárias demandadas, certificadas conforme os padrões esperados, seriam produzidas por diversos fabricantes tradicionais no mercado, elemento que essencialmente sinaliza para a esperada competitividade.**"

O Tribunal de Contas na ocasião em que proferiu a decisão acima, determinou várias retificações, inclusive a modalidade escolhida, ***porém mantendo a descrição das luminárias aqui discutidas.***

Por tais razões, o item ora impugnado está dentro da legalidade permitida, não necessitando o Edital de retificação.

Por fim, é fundamental destacar a essencialidade da contratação, objeto desta licitação, bem como a necessidade da Prefeitura em se certificar que todos as licitantes possuem condições técnicas e financeiras de cumprirem integralmente as disposições contidas no edital e a consequente execução do contrato, respeitando assim o Erário Público e a população que será diretamente afetada pela contratação em vista.

Assim sendo, não assiste razão à Impugnante.


Isto Posto, em obediência aos princípios que norteiam as licitações, precisamente o da legalidade, RESOLVEMOS MANTER O EDITAL Nº 181/2019 DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA 12/2019 pelas razões já dispendidas.




Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

S.M.J., pelo prosseguimento do certame,
encaminhando os autos à Seção de Licitações para as providências cabíveis.


Luciani Gomes Mendonça Padovan

Presidente


Vinicius Veneziano Demarqui

Membro


Kátia Maria de Castro Souza

Membro


Juliana Gabrielle Marcolino

Membro


Ricardi Pazian Baptista

Membro